



**PERCURSOS
GERAIS : TRAJETÓRIA
PARA AUTONOMIA**

Caderno Regional

Diretoria Regional de
Teófilo Otoni



**Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social**

Diretoria de Projetos Especiais

DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Romeu Zema Neto

Governador do Estado de Minas Gerais

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social

Superintendência de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional

Henrique Oliveira Carvalho

Diretoria de Projetos Especiais

Jonathan Souza

Amanda Soares

Bárbara Borsato Pimenta

Júlia Cosme

Lavínia Bartolomei Bortolotto

Colaboradores

João Victor Martins Saraiva

Julia Espeschit Rodrigues

Natália Baudson

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	3
2. O PROGRAMA PERCURSOS GERAIS: TRAJETÓRIA PARA AUTONOMIA	4
2.1 Implementação	4
2.2 Trilhas Percursos Gerais	6
2.3 Objetivos do Programa Percursos Gerais	9
REGIONAL SEDESE TEÓFILO OTONI	10
DIAGNÓSTICO REGIONAL	11
Habitação	12
Trabalho e Renda	12
Segurança Pública	12
Esporte	12
Educação	12
Assistência Social	13
Comunidades Tradicionais	13
PÚBLICOS PRIORITÁRIOS	13
Agricultor/Agricultora Familiar	14
Crianças e Adolescentes	14
Mulheres	14
Povos e Comunidades Tradicionais	15
Pessoa Idosa	15
PROJETOS	16
AproximAÇÃO SUAS	16
Moradas Gerais	17
Raízes de Minas	18
Acesso à água	20
Fiscalização Preventiva	20
SER-DH	21
CREAD em movimento	22
Selo Prevenção Minas	23
Melhor Geração	24
Geração Esporte	25
Começa o Jogo	26
Incentivo ao Esporte	26
Trajeto Renda	27
ANEXO I	29

1. INTRODUÇÃO GERAL

Um ilustre mineiro disse uma vez que “Minas são muitas”. João Guimarães Rosa estava certo em sua colocação. Com 853 municípios de realidades e contextos múltiplos, Minas Gerais congrega uma diversidade que atravessa todo estado, sendo manifestada nas diferentes potencialidades sociais, econômicas e culturais de seus municípios. Além dessas potencialidades, também existem as múltiplas vulnerabilidades sociais que fazem parte do cotidiano de milhares de famílias mineiras. Desta forma, para que as políticas públicas sejam resolutivas, considerando a complexidade do cenário mineiro, se faz necessário integrar e coordenar os esforços governamentais em busca de melhores resultados.

A partir da nova reforma administrativa, publicada em 2019, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) voltou a ter sete áreas principais de ação, estrutura similar à de 2003. Essa reforma possibilitou a integração de diferentes políticas públicas dentro de uma mesma secretaria, unindo a Assistência Social, os Direitos Humanos, a Política sobre Drogas, o Esporte, o Trabalho e Emprego, a Segurança Alimentar e a Habitação.



A união dessas temáticas criou um ambiente propício ao surgimento de uma política pública intersetorial capaz de atuar estrategicamente no combate às vulnerabilidades sociais identificadas em Minas Gerais. Dado isso, nasce o Programa Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia, materializando o propósito do Governo de Minas Gerais pela busca pela redução das desigualdades e vulnerabilidades, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento social e econômico dos mineiros. O programa tem em seu escopo o atendimento à população dos 73 municípios de menor IDH-M do estado, distribuídos em doze Regionais de Desenvolvimento Social.

O Caderno Regional é o instrumento que irá consolidar o planejamento estratégico de atuação da Sedese em cada uma das doze regionais. O objetivo é apresentar, de forma detalhada, o que é o programa Percursos Gerais, as principais informações que foram coletadas no diagnóstico regional feito com a participação dos municípios contemplados, os públicos prioritários do programa e os projetos que serão executados na regional de referência.

2. O PROGRAMA PERCURSOS GERAIS: TRAJETÓRIA PARA AUTONOMIA

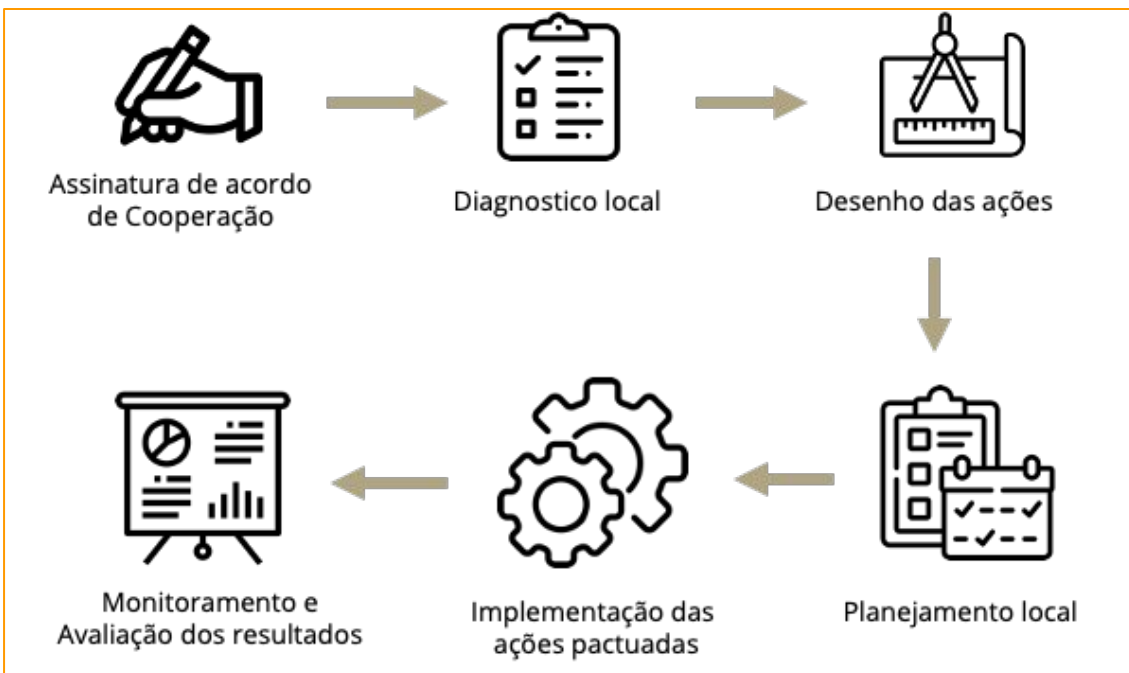
O Programa Percursos Gerais busca criar articulações com órgãos do Governo de Minas Gerais, fomentar parcerias com empresas e organizações do terceiro setor relevantes e, assessorar tecnicamente os municípios na captação de recursos via emendas parlamentares e fontes de financiamento nacionais e internacionais. Tudo isso para subsidiar ações de geração de renda, esporte e lazer, assistência social, segurança alimentar e nutricional, habitação social, direitos humanos, e política de prevenção e cuidado sobre drogas.

A estratégia do Programa Percursos Gerais Trajetória para Autonomia partiu de três pilares fundamentais: a compreensão dos conceitos de multidimensionalidade da pobreza e vulnerabilidade, da importância de políticas públicas que prezam pela intersetorialidade e na regionalização, como forma de facilitar uma ação mais bem coordenada, com o auxílio de estudos focais sobre as regiões e então, aplicação de políticas e ações que de fato contemplem a realidade e fomentem as potencialidades daqueles municípios e cidadãos.

2.1 IMPLEMENTAÇÃO

A partir do diagnóstico das realidades dos 73 municípios distribuídos em 12 Regionais Sedese, e de ações direcionadas aos principais problemas sociais vividos, buscou-se estabelecer projetos que contribuam para que as famílias e indivíduos pobres e extremamente pobres possam sair da condição de vulnerabilidade e caminhar em direção à autonomia. Entende-se como autonomia o desenvolvimento da liberdade dos indivíduos e famílias para exercerem os seus direitos e expandirem seus potenciais de emancipação.

¹ Elaborado pela Diretoria de Projetos Especiais. Em caso de dúvidas ou sugestões, enviar para percursosgerais@social.mg.gov.br



Assinatura do Acordo - A implementação do Percursos começa com a apresentação do programa para as gestões municipais da Regional de referência e, em seguida, com a assinatura do acordo de cooperação entre a Sedese e o Município;



Diagnóstico Local - Identificação dos principais desafios sociais nas regiões selecionadas através de diagnóstico local realizado a partir de dados secundários e dinâmicas de pesquisa juntamente com os municípios;



Desenho das ações - A partir dos dados do diagnóstico local, a equipe da Sedese irá selecionar quais projetos irão compor o portfólio de projetos regional. Os projetos escolhidos poderão ser internos da Sedese quanto de outras secretarias. Todavia, os projetos externos a Sedese passarão por avaliação executiva dos secretários envolvidos;



Planejamento Local - Validação do planejamento dos projetos com as equipes técnicas das gestões municipais. Os produtos dessa fase são dois documentos que apresentam os cronogramas dos projetos e a forma de atuação do Percursos Gerais na região;



Início da implementação - A partir da validação do planejamento, serão iniciadas as atividades dos projetos de forma coordenada;



Monitoramento e Avaliação dos resultados - durante a execução dos projetos, serão realizados ciclos de monitoramentos internos da Sedese e demais secretarias e, ao final, uma avaliação dos resultados alcançados.

2.2 TRILHAS PERCURSOS GERAIS

O Programa será composto por quatro etapas, em uma distribuição que corresponde ao número de municípios em cada Regional, conforme demonstra a tabela abaixo:

Etapas do Programa Percursos Gerais distribuídas pelas Regionais de Desenvolvimento Social			
Etapa 1	Etapa II	Etapa III	Etapa IV
16 municípios	25 municípios	47 municípios	73 municípios
Regional Teófilo Otoni	Regional Teófilo Otoni	Regional Teófilo Otoni	Regional Teófilo Otoni
	Regional Salinas	Regional Salinas	Regional Salinas
		Regional Diamantina	Regional Diamantina
		Regional Montes Claros	Regional Montes Claros
			Regional Almenara
			Regional Gov. Valadares
			Regional Muriaé
			Regional Araçuaí
			Regional Timóteo
			Regional Curvelo
			Regional Metropolitana
			Regional São João Del Rei

Para que seja possível identificar quais projetos atendem um determinado público alvo e objetivo na trajetória para a autonomia, foi pensada as metodologias de **Trilhas e Estágios dos Projetos**. Os projetos estão classificados dentro de duas trilhas: a da **Família** e da **Gestão Municipal**. Dentro da Trilha da Família estão todos os projetos cujo foco está, essencialmente, no

atendimento direto para os públicos prioritários do programa, agricultores(as) familiares; povos e comunidades tradicionais; mulheres; pessoa idosa; e crianças e adolescentes. Já a Trilha da Gestão Municipal tem como principal enfoque, a oferta de qualificações para os servidores públicos e o aprimoramento da gestão municipal e dos serviços prestados.



Cada um dos Projetos se encaixa em ao menos um dos três grandes Estágios do Programa Percursos Gerais: o estágio de **atendimento às necessidades básicas; transição; e geração de renda**. Esses três estágios do Programa possibilitam essa visualização mais direta dos marcos fundamentais para a garantia da autonomia, e facilitam também o encadeamento de ações.



Como é possível ver na imagem anterior, além dos 3 estágios principais, existem também um Projeto que acompanha todos os estágios, sendo denominado de “Fio Condutor” e outros dois, em negrito, que se encaixam em mais de um estágio, dada a complexidade e abrangência de suas ações e produtos.

Os projetos no estágio das Necessidades Básicas são aqueles voltados às necessidades mais imediatas das famílias e cidadãos, muito mais ligadas às necessidades fisiológicas, de segurança mínima e de inserção social. Sem a satisfação dessas demandas, os atendimentos promovidos pelos demais projetos podem perder efetividade ou até mesmo acabarem sendo inviabilizados.

Em seguida estão os projetos de Transição, momento em que a família e o indivíduo consegue obter maior pertencimento social, garantir direitos mais substantivos e é estimulado de modo mais direto a fortalecer sua cidadania e outros laços sociais.

Os projetos focados na Geração de Renda são aqueles que, de fato, direcionam e impulsionam as famílias e os indivíduos para obter um rendimento que garanta seu próprio sustento. Destaca-se que a geração de renda não é simplesmente a busca por um emprego, mas por outras formas de trabalho que contemplem a diversidade econômica da região e as possibilidades do sistema econômico local. É a partir daqui que o indivíduo consegue maximizar suas aptidões, buscando sua auto realização e agindo com maior autonomia.

As duas metodologias aplicadas em conjunto, viabilizam o Programa Percursos Gerais, conforme demonstra o desenho abaixo:



2.3 OBJETIVOS DO PROGRAMA PERCURSOS

GERAIS

Tendo como objetivo finalístico o auxílio na promoção da autonomia dos mineiros em âmbitos diversos, com projetos voltados para diferentes áreas, o Programa busca atuar junto dos gestores públicos municipais e equipes locais, de modo que os diferentes projetos possam:

- articular financeiramente as ações;
- prestar apoio técnico e logístico para equipes e setores envolvidos no planejamento, implementação e avaliação do Programa;
- viabilizar a elaboração de diagnósticos técnicos sobre os principais problemas dos municípios e as possibilidades de melhorias;
- promover a articulação com setores do estado e com outros municípios para a resolução de problemáticas comuns que investem contra a qualidade de vida dos cidadãos.

Cada um destes projetos contém ações, produtos e entregas com objetivos distintos, de acordo com suas áreas de atuação e públicos-alvo. É essa combinação que torna o Programa assertivo e um grande auxílio para os municípios participantes. **Dentre os objetivos e benefícios dos projetos, podemos destacar:**

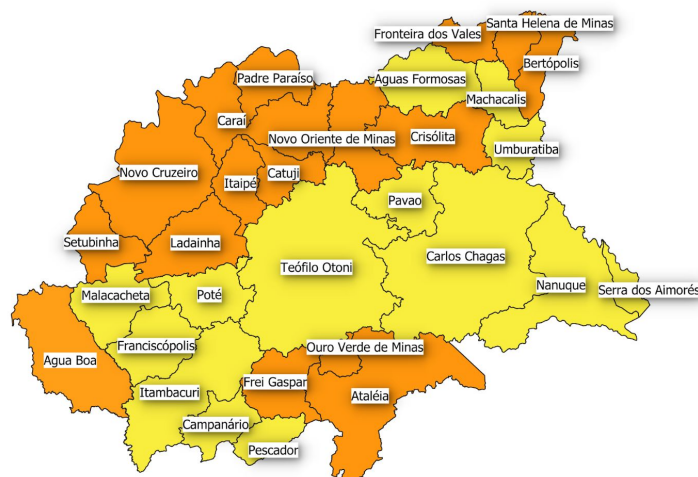
- Induzir a trajetória para autonomia dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social por meio do fomento à produção em grupos autogestionários e autossustentáveis para a geração de trabalho e renda.
- Melhoria nas condições de habitação do município, transformando as cidades em mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, e a promoção da universalização do acesso à água para consumo humano e para a produção agropecuária.
- Garantia de acesso aos agricultores(as) familiares e comunidades tradicionais à políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da produção agrícola familiar de modo sustentável, auxiliando no processo de escoamento da produção para os mercados institucionais.
- Fomento e assessoria técnica aos municípios para a realização de projetos inclusivos voltados para o esporte e lazer, promovendo ações educativas e culturais por meio dos esportes, promovendo a sua inclusão e/ou potencialização como beneficiários das políticas públicas ofertadas pela Subsecretaria de Esportes.

- Aprimoramento das ações de gestão ambiental nos municípios, orientando os agricultores e reduzindo a incidência de irregularidades ambientais nas atividades rurais.
- Organização e desenvolvimento de serviços voltados a proteção, promoção e recuperação da saúde, estimular as escolhas saudáveis dos indivíduos e comunidades, estruturando estratégias de capacitação e assessoramento às Redes Locais de Atenção e Assistência às pessoas que usam/abusam do uso de álcool, tabaco e outras drogas, bem como seus familiares, de modo a ampliar a potencialidade da saúde, melhorando os indicadores assistenciais da Atenção Primária.
- Desenvolvimento de atividades de formação em prevenção à criminalidade, conforme as demandas de cada município, e ampliação de acesso das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
- Desenvolvimento de mecanismos e implantação da SIMA, para o enfrentamento de ações que violam os direitos humanos.

3. REGIONAL SEDESE TEÓFILO OTONI

O Programa Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia como parte da estratégia do Governo de Minas Gerais, busca desenvolver ações direcionadas aos principais problemas sociais vividos nas regiões mais vulneráveis do Estado de Minas Gerais. E portanto, a primeira regional a receber o programa é a Regional Sedese Teófilo Otoni, essa que concentra a maioria dos municípios com IDH-M menos que 0,599, são 16 municípios nessa situação.

Municípios do Percursos Gerais da Regional de Teófilo Otoni



- Municípios que pertencem a regional de Teófilo Otoni e fazem parte do Percursos Gerais
- Municípios que pertencem a regional de Teófilo Otoni e não fazem parte do Percursos Gerais

Municípios	IDM-M	Municípios	IDM-M
ÁGUA BOA	0,576	ITAIPÉ	0,552
ATALEIA	0,588	LADAINHA	0,541
BERTÓPOLIS	0,594	NOVO CRUZEIRO	0,571
CARAÍ	0,558	NOVO ORIENTE	0,555
CATUJI	0,54	OURO VERDE DE MINAS	0,595
CRTISÓLITA	0,585	PADRE PARAÍSO	0,596
FREI GASPAR	0,59	SANTA HELENA DE MINAS	0,567
FRONTEIRA DOS VALES	0,592	SETUBINHA	0,542

DIAGNÓSTICO REGIONAL

Com a finalidade de integrar políticas públicas já existentes e construir projetos intersetoriais baseados em evidências, os projetos contemplam ações embasadas em diagnósticos quantitativos e qualitativos, com uso de múltiplas bases de dados, relatórios anteriores, pesquisas científicas, entrevistas e aplicação do Mapa Falado.

Os diagnósticos quantitativos foram construídos pelas áreas setoriais da SEDESE e coordenados pelo Observatório de Desenvolvimento Social, no que diz respeito à temática das competências:

- Assistência Social;
- Direitos Humanos;
- Políticas Sobre Drogas;
- Esportes;
- Habitação;
- Segurança Alimentar;
- Trabalho e Emprego.

Já os diagnósticos qualitativos foram elaborados através da metodologia do Mapa Falado, elaborado pelos próprios participantes da dinâmica. Com o intuito de localizar os pontos onde se concentram os problemas, as potencialidades e coletar informações que levaram à ocorrência e à concentração espacial dessas situações.

Nos tópicos a seguir, são descritos os principais problemas levantados pelos representantes municipais separados por competências de atuação.

HABITAÇÃO

- Dificuldade de captação;
- Inadequação domiciliar;
- Baixa qualidade da água;
- Inexistência de política habitacional;
- Falta de regularização fundiária.

TRABALHO E RENDA

- Precarização do trabalho;
- Falta de autonomia financeira municipal;
- Dificuldade de formalização das associações e do escoamento da produção;
- Insuficiência da assistência técnica para produção;
- Ausência de cursos de capacitação profissional;
- Perda de mão de obra jovem;
- Baixa exploração do potencial em ecoturismo;
- Intensa exploração ambiental na região.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Índice elevado de violência contra a mulher e contra idosos;
- Baixa capilaridade dos serviços de denúncias de violações de Direitos Humanos;
- Aumento do índice de abuso sexual contra crianças e adolescentes;
- Aumento do tráfico de drogas e violência;
- Diversos municípios sem o CAPS que dificultam a construção de ações de prevenção e tratamento dos usuários;

ESPORTE

- Baixa participação em eventos esportivos (JEMG, JIMI, Jogos Indígenas);
- Baixa arrecadação do ICMS Esportivo;
- Falta de iniciativas e estruturas adequadas para esportes.

EDUCAÇÃO

- Alto índice de evasão escolar ligada ao período de colheitas, no qual os jovens precisam ajudar os pais na lavoura;
- Analfabetismo entre a população mais idosa;
- Falta de iniciativas e estruturas adequadas para cultura e lazer.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Falta automóvel para as equipes volantes, na maioria dos municípios;
- Dificuldade na gestão do acesso ao Bolsa Família em diversos municípios.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Falta de políticas específicas para essas comunidades;
- Invasão de terras indígenas e quilombolas;
- Falta de profissionais orientados para o atendimento adequado a essas populações.

PÚBLICOS PRIORITÁRIOS

É importante que se conheça mais a fundo a realidade dos cidadãos para que se permita, por meio da implementação de um Programa de governo, a oportunidade de acesso às políticas públicas pela população.

Para garantir que as pessoas e famílias que estão mais expostas aos riscos sociais tenham acesso prioritário aos projetos que integram o Percursos Gerais, foram mapeados, através de uma análise da base do Cadastro Único, quais grupos necessitam, de forma mais urgente, de serem o foco de atendimento dos projetos. Os públicos prioritários identificados foram: Agricultor(a) familiar, pessoa idosa, criança e adolescente, mulheres e povos e comunidades tradicionais.

Após essa análise da base do Cadastro Único, utilizou-se a metodologia do Mapa de Empatia, a fim de se aprofundar nos estudos relacionados aos públicos prioritários. Ou seja, um mecanismo que possibilita refletir e analisar a respeito das características e comportamentos destes públicos prioritários. A partir do Mapa de Empatia, foi possível refletir a respeito das necessidades, desejos, dores e frustrações dos(as) agricultores(as) familiares, pessoas idosas, crianças e adolescentes, mulheres e povos e comunidades tradicionais.



AGRICULTOR / AGRICULTORA FAMILIAR

As necessidades principais do agricultor/agricultora familiar :

- ❑ Dificuldade no acesso a insumos e assistência técnica para gerar sua produção;
- ❑ Ausência de empreendimentos de economia popular solidária;
- ❑ Ausência de cooperativas que possibilitaram uma maior articulação comercial;
- ❑ Ausência da formalização dos trabalhos e incremento na economia das famílias;
- ❑ Alta taxa de desocupação e baixa oportunidade de emprego;
- ❑ Dificuldade na captação de água;
- ❑ Inadequação na infraestrutura domiciliar;
- ❑ Baixa atuação de governos municipais na região;
- ❑ Inexistência de política habitacional e financiamento.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Os principais elementos que constituem a situação de vulnerabilidade específica deles são:

- ❑ Ausência de proteção aos direitos da criança e do adolescente;
- ❑ Altos níveis de trabalho infantil, a evasão escolar e o êxodo rural;
- ❑ A dificuldade de acesso à uma educação de qualidade;
- ❑ Falta de perspectivas em relação às possibilidades futuras de vida, de trabalho e de emprego;
- ❑ Índices elevados de abuso sexual de crianças dentro das próprias famílias;
- ❑ Falta de oportunidades, estruturas e incentivos esportivos e culturais;
- ❑ Baixa autoestima e a falta de perspectiva para vida.

MULHERES

O público das mulheres atravessa uma conjunção de situações de vulnerabilidades que são caracterizadas por situações negativas como:

- ❑ Desigualdade de gênero que afeta desde o campo econômico ao campo afetivo e psicológico;
- ❑ Existência de casos de violência subnotificados mesmo em situações de violência mais direta;
- ❑ Falta de oportunidades e/ou dificuldades de acesso à escola, o analfabetismo e a evasão escolar são realidades vivenciadas por grande parte dessas mulheres;
- ❑ Dependência financeira e pouca oportunidade de emprego na região;
- ❑ A ausência de possibilidades de capacitação profissional e das cooperativas.

- ❑ A distância da zona rural dos municípios da zona urbana é um dos maiores obstáculos para a autonomia das cidadãs.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

As populações tradicionais, em maior número indígenas e quilombolas.

- ❑ Distância em relação aos centros urbanos, o que diminui a possibilidade de escoamento e comercialização daquilo que é produzido nessas comunidades;
- ❑ Faltam oportunidades de capacitação, aprimoramento técnico;
- ❑ Baixa escolarização;
- ❑ Baixa capilaridade dos serviços de denúncias de violações de direitos humanos na região;
- ❑ Faltam mapeamentos das redes setoriais de promoção aos direitos;
- ❑ Invasões dos territórios indígenas e quilombolas;
- ❑ Inexistência de política habitacional e financiamento;
- ❑ Falta de saneamento básico (rede de tratamento de esgoto, moradias sem banheiro);
- ❑ Falta de pertencimento comunitário, devido a desvalorização cultural.

PESSOA IDOSA

Dentre o público prioritário da pessoa idosa, percebe-se:

- ❑ Elevados índices de analfabetismo;
- ❑ Dificuldades que impedem que as pessoas idosas consigam ter segurança alimentar e nutricional;
- ❑ Problemas de acesso à parte urbana dos municípios, onde estão concentrados a maior parte dos serviços e espaços de convivência;
- ❑ Déficits habitacionais, com condições de saneamento inadequadas e de adensamento domiciliar;
- ❑ Identificados relatos em relação à violência contra a pessoa idosa e o descaso em relação aos cuidados com a saúde;
- ❑ Falta de maiores perspectivas para essas pessoas e pelo abandono familiar.

PROJETOS

Nessa seção serão apresentados os projetos que foram elaborados a partir das diferentes etapas de diagnóstico. Buscando de fato implementar uma política pública intersetorial, a Sedese reuniu no escopo do Percursos Gerais projetos de diversas áreas, além de convidar secretarias parceiras para integrarem seus projetos ao Programa.

Os projetos contemplam municípios diferentes dentro do escopo do Percursos Gerais, sendo assim, nem todos os projetos atenderão a todos os municípios. A abrangência irá variar de acordo com os diagnósticos elaborados para cada um dos municípios, assim como a adesão dos municípios aos projetos em questão.

Ressalta-se a importância da composição do Programa com projetos de áreas internas à Sedese, mas também de diversas outras áreas do Governo do Estado de Minas Gerais. Para além da articulação que favorece o desenvolvimento social dos cidadãos nesses territórios vulneráveis, essa iniciativa consegue atravessar um outro desafio histórico reclamado durante a etapa de diagnóstico das demandas locais: a necessidade de uma atuação coordenada das diversas áreas Governo do Estado de Minas Gerais na prestação de apoio técnico, assessoramento e auxílio aos municípios.

APROXIMAÇÃO SUAS

Contribuir para o aumento do acesso à renda, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e exercício da cidadania das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, através da oferta qualificada de serviços e benefícios socioassistenciais e do aprimoramento da gestão municipal da Política de Assistência Social.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Desenvolvimento Social (**SEDESE**)

Objetivo: Apoiar tecnicamente e financeiramente os municípios para a implementação e fortalecimento da rede de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Público-alvo: famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Resultados esperados:

1. Rede socioassistencial municipal estruturada e fortalecida.
2. Trabalhadores municipais do SUAS capacitados para atuação qualificada.
3. Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social efetivamente acompanhados pela rede socioassistencial municipal.

Produtos:

1. Planos Municipais AproximaÇÃO SUAS

Orientar preenchimento e acompanhar execução do plano de aplicação de recursos.

2. Repasses de recursos

Repassar recurso financeiro aos Fundos Municipais de Assistência Social para utilização na aquisição de bens e/ou contratação de equipe, desde que diretamente vinculados às ações do projeto.

3. Capacitar e apoiar tecnicamente a equipe da Assistência Social

Capacitar e apoiar tecnicamente as equipes municipais de Assistência Social sobre os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e gestão do SUAS.

MORADAS GERAIS

Promoção de oficinas e capacitações, disponibilização de documentos e leis, atendimento a demandas locais específicas, apoio e assessoria aos municípios na captação de recursos, com o intuito de apoiar e fortalecer a capacidade técnica e gestora dos municípios no tocante à promoção da política habitacional local para um atendimento mais efetivo das necessidades habitacionais das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Desenvolvimento Social (**SEDESE**)

Objetivo: Tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; fomentar a melhoria das condições de habitação das famílias em situação de vulnerabilidade social, estruturando a política habitacional local.

Público-alvo: Municípios mineiros com maior número de famílias em situação de vulnerabilidade em termos habitacionais, cadastradas no CadÚnico.

Resultados esperados:

1. Municípios capacitados para o fortalecimento da política de habitação local.
2. Municípios orientados para captação de recursos para política de habitação local.

Produtos:

1. Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) será elaborado pelos municípios com o assessoramento técnico da DPPH com vistas a atingir o principal objetivo do Moradas Gerais, a promoção e aprimoramento da política habitacional local para um atendimento mais efetivo das necessidades habitacionais das famílias em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de um instrumento de extrema importância para o fortalecimento do município na gestão da pauta de

habitação, já que reúne informações da realidade local, tanto das dificuldades e potencialidades da capacidade institucional e administrativa do município, como as diversas necessidades habitacionais as quais nortearam a definição das diversas estratégias de ação para o enfrentamento destas. O PLHIS traz um norte para a atuação e incidência da política de habitação e amplia para os municípios as possibilidades de captação de recursos para atender, sobretudo, às famílias em situação de vulnerabilidade social que necessitam de moradia digna.

2. Fundo Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)

A ação visa auxiliar o município na estruturação do Fundo Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). A instituição de um Fundo Local de Habitação tem o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais no município, direcionadas principalmente à população com menor renda, sempre em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor. Sua estruturação ampliaria a possibilidade de o município alavancar recursos próprios e potencializar os recursos federais ou estaduais que lhes fossem repassados.

3. Conselho Gestor do Fundo Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) ou Conselho Local de Habitação

A ação visa auxiliar o município na estruturação do Conselho Gestor do Fundo de Habitação. Trata-se de um instrumento de extrema importância para o fortalecimento do município na gestão da pauta de habitação, pois a instituição do Conselho permitiria uma maior participação da sociedade civil em relação à definição sobre a alocação e ao uso dos recursos aportados para HIS, promovendo portanto o controle social tão importante para transparência e efetividade da política pública.

RAÍZES DE MINAS

Integrar as diversas políticas voltadas para apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, por meio da articulação entre as diferentes áreas do governo. O projeto tem como objetivo o aprimoramento das áreas de produção, fomento aos bancos de sementes crioulas, oficinas de qualificação sobre o acesso aos mercados institucionais, elaboração de projetos para recuperação de áreas degradadas e alteradas e suporte na recuperação ambiental.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Desenvolvimento Social (**SEDESE**), Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**SEAPA**) e Instituto Estadual de Florestas (**IEF**)

Objetivo: Garantir que os(as) agricultores(as) familiares e comunidades tradicionais acessem, de maneira articulada, um conjunto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da produção agrícola familiar de modo sustentável, além de auxiliar no processo de escoamento da produção para os mercados institucionais e demais.

Público-alvo: Agricultores(as) familiares e povos e comunidades tradicionais

Resultados esperados:

1. Fortalecimento da agricultura familiar nos municípios atendidos;
2. Agricultores familiares com áreas de produção aprimoradas;
3. 3. Uso sustentável das áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal recuperadas nos imóveis rurais;
4. 4. Agricultores familiares qualificados sobre o plantio e manutenção das áreas;
5. Estabelecimento da rede de fomento aos bancos de sementes crioulas;
6. Agricultores familiares qualificados quanto ao acesso dos mercados institucionais e demais possibilidades de escoamento da produção.

Produtos:

1. Distribuição de kit irrigação

Distribuição de kits de irrigação para agricultores familiares selecionados que tenham capacidade técnica para instalação do sistema.

2. Oficina na Regional Sedese de Teófilo Otoni sobre os acessos aos mercados institucionais (PAA e PNAE)

Realizar Oficina Técnica com as SREs de Teófilo Otoni, Coordenadores Técnicos da Emater e fornecedores para alinhamento dos editais de chamadas públicas.

3. Fomento ao cultivo e armazenamento de sementes crioulas

Fornecer material de consumo e permanente, por meio de edital de licitação de compra dos materiais, para grupo de Guardiãs e Guardiões de Sementes Crioulas, cujo impacto dinamize a estruturação de uma rede inicial de bancos de sementes crioulas no Vale do Mucuri e promova a Segurança Alimentar das comunidades.

4. Áreas degradadas e alteradas em recuperação ambiental

Ações que envolvam capacitação técnica dos produtores rurais para plantio e manutenção das áreas, doação de mudas e material de cercamento (mourões e arame) e capacitação para trabalhar os produtos gerados nos cultivos e informações sobre seus usos e aplicações.

Considera-se que é um marco importante desse produto a elaboração de projetos para a Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (Pradas) antes de iniciar as ações listadas anteriormente.

5. Apoio técnico para adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)

Promover capacitação técnica, disponibilizar material e assessorar os municípios para cumprirem as etapas de adesão ao SISAN.

ACESSO À ÁGUA

Perfuração, Equipagem e fornecimento de Clorador em Poços Artesianos em comunidades rurais da área do IDENE a fim de promover a universalização do acesso à água para consumo humano e para a produção agropecuária.

Objetivo: Promover a universalização do acesso à água para consumo humano e para a produção agropecuária.

Público-alvo: comunidades rurais da área de abrangência do IDENE que possuem interface com a área tratada no Percursos Gerais da Regional SEDESE de Teófilo Otoni.

Resultados esperados:

Fornecimento de água para consumo humano e produção agropecuária.

Produtos:

1. Poço Artesiano

Perfuração, Equipagem e fornecimento de Clorador em Poços Artesianos em comunidades rurais da área do IDENE a fim de promover a universalização do acesso à água para consumo humano e para a produção agropecuária.

FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA

Qualificar agentes municipais para a gestão ambiental, inclusive para realização de eventos com as temáticas ambientais visando o desenvolvimento sustentável das atividades regionais, e orientar os produtores rurais sobre melhores práticas de manejo e conservação ambiental.

Objetivos:

1. Aprimorar a visão dos agentes municipais para gestão ambiental no município e para orientação dos agricultores que desejam empreender de forma correta.
2. Redução da incidência das irregularidades ambientais nas atividades rurais preponderantes.

Público-alvo: atores das instituições públicas e agricultores familiares dos municípios contemplados pelo Percursos Gerais.

Resultados esperados:

1. Apropriação do conhecimento pelos agentes do poder público municipal que lidam com essa temática;
2. Redução da incidência de irregularidades nas ações de fiscalização ambiental.

Produtos:

1. Oficina de qualificação de gestores municipais

Qualificar gestores municipais para realização de eventos com temáticas ambientais visando o desenvolvimento sustentável das atividades regionais.

2. Oficina de orientação para agricultores familiares

Instruir e orientar os produtores rurais sobre melhores práticas de manejo e conservação ambiental.

SER-DH

Estabelecer, em conjunto com atores governamentais e não governamentais, ferramentas de fortalecimento, modelagem e integração das redes setoriais para promoção e proteção de direitos humanos.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Desenvolvimento Social (**SEDESE**)

Objetivo: Implantar, em parceria com o Poder Público Municipal, ferramenta de registro, monitoramento e avaliação em Direitos Humanos para o enfrentamento à subnotificação, a alta incidência de violações de direitos e a baixa responsividade da tratativa dos casos (SIMA) bem como mecanismos de promoção em direitos humanos (portal web).

Público-alvo: Órgãos e entidades do Poder Público Municipal; Indireto: população em situação de vulnerabilidade.

Resultados esperados:

1. Diminuição da subnotificação de violação de direitos;
2. Aumento das taxas de resposta aos casos de violação;
3. Qualificação técnica continuada para atendimento aos públicos vulneráveis.

Produtos:

1. 16 Escolas municipais com SER-DH pactuados

Pactuação do Plano de Trabalho para a implementação do Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (SER-DH), composto por cronograma que pactua as ações e os prazos a serem

cumpridos durante o processo de implementação, incluindo a indicação das escolas que terão o SIMA implementado e os servidores que irão realizar o curso de capacitação.

2. Relatório de avaliação dos índices de subnotificação e responsividade dos casos de violência.

Realização de avaliação dos índices de subnotificação e responsividade dos casos de violência nos municípios, a partir dos dados cadastrados no SIMA pelas escolas e/ou dos dados disponíveis na Ouvidoria Nacional (Disque 100 e Ligue 180).

3. Formação na temática dos direitos humanos

Disponibilização de espaço para aprimoramento técnico dos profissionais na temática de Direitos Humanos (cursos, lives, encontros, palestras, entre outros).

4. Curso de formação EAD do Seminário Metodológico SER-DH construído

O curso “Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos: políticas públicas de integração, articulação e promoção dos direitos humanos”, será desenvolvido na metodologia de Educação Aberta e a Distância (EAD) e tem como proposta a qualificação técnica para o atendimento em Direitos Humanos através do uso das metodologias do SER-DH e suas ferramentas. O curso se dará em 7 unidades estruturadas em torno dos três eixos do Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos, quais sejam: Integração de Redes, Articulação de Redes e Incidência política das pautas de Direitos Humanos. Pretende-se realizar o curso com técnicos e técnicos municipais da educação dos municípios do Percursos Gerais.

CREAD EM MOVIMENTO

O CREAD em Movimento compreende ciclos de formação. Ciclo de Formação é uma ferramenta pedagógica que será desenvolvida junto aos profissionais que atuam nas Redes Locais de Atenção e Assistência às pessoas que usam/abusam do uso de álcool, tabaco e outras drogas, bem como seus familiares (educação, saúde, assistência social, segurança e outros). Versa sobre contribuir para a redução das vulnerabilidades associadas ao uso/abuso de álcool, tabaco e outras drogas, a partir de diferentes estratégias de sensibilização e reflexão no campo da prevenção, visando a redução dos fatores de risco e o aumento e/ou fortalecimento dos fatores de proteção junto às crianças, adolescentes e jovens, especialmente, por meio da oferta de capacitações e assessoramento das redes municipais.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Desenvolvimento Social (**SEDESE**)

Objetivo: Induzir os municípios a desenvolverem estratégias intersetoriais, por meio de capacitação e assessoramento às Redes Locais de Atenção e Assistência às pessoas que usam/abusam do uso de álcool, tabaco e outras drogas, bem como seus familiares, visando a estruturação de políticas públicas municipais.

Público-alvo: Profissionais que atuam nas Redes Locais de Atenção e Assistência (saúde, educação, assistência social, segurança e outros).

Resultados esperados:

1. Profissionais das Redes Locais de Atenção e Assistência capacitados e qualificados;
2. Políticas Públicas estruturadas no campo da prevenção ao uso/abuso de álcool, tabaco e outras drogas.

Produtos:

1. Diagnósticos Socioterritoriais e de Vulnerabilidades associadas ao uso/abuso de álcool e outras drogas

Diagnóstico Socioterritorial é o resultado de um processo de coleta, tratamento e análise dos dados de determinado local, a partir dos quais é possível ler e compreender a realidade do território avaliado nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. O instrumento auxilia no planejamento dos projetos e ações viabilizando uma maior assertividade e efetividade das políticas públicas.

2. Ciclo de formação para os profissionais das redes municipais

Construção de um Ciclo de formação para promover a qualificação dos profissionais que atuam nas Redes que trabalham direta e indiretamente com pessoas em vulnerabilidade social, para qualificar os atendimentos, potencializar intervenções e encaminhamentos necessários e, por conseguinte, minorar os agravos sociais e danos à saúde da população assistida.

3. Nota Técnica com diretrizes para elaboração de estratégias locais de prevenção e cuidado relacionadas ao uso/abuso de Álcool/ Tabaco e outras Drogas nos municípios

A Nota Técnica contemplará os aspectos relacionados aos diagnósticos socioterritoriais de cada um dos municípios, informações sobre as Redes Locais, marcos legais, conceitos e eixos relacionados à política sobre drogas, bem como referenciais teóricos que permitam ao público alvo trabalhar na construção dos Planos Intersetorial de Políticas sobre álcool, tabaco e outras drogas.

SELO PREVENÇÃO MINAS

O Selo Prevenção Minas visa capacitar e qualificar a atuação dos municípios mineiros em pautas concernentes à prevenção à criminalidade através de atividades de formação direcionadas às instituições públicas presentes nos municípios.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (**SEJUSP**)

Objetivo: desenvolver atividades de formação em prevenção à criminalidade para os municípios, de acordo com as demandas de prevenção à criminalidade e a violência apresentadas, contribuindo assim para a execução de ações de prevenção à criminalidade mais qualificadas.

Público-alvo: município, atores das instituições públicas dos municípios contemplados pelo Percursos Gerais.

Resultados esperados:

1. Maior capacidade técnica das instituições públicas municipais para atuar na prevenção à criminalidade;
2. Fortalecimento da responsabilidade e do compromisso coletivo com a prevenção à criminalidade no município;
3. Fomento à execução de ações de prevenção à criminalidade de acordo com a realidade local.

Produtos:

1. Formação em Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade com foco em violência contra a mulher, acesso a direitos e organização comunitária

Serão 16 municípios contemplados pelas capacitações nessa temática, em quatro municípios polos: Padre Paraíso, Caraí, Bertópolis e Água Boa. As capacitações têm como público alvo atores das administrações públicas municipais e possuem a finalidade de qualificar a atuação das prefeituras na leitura das violências contra a mulher e qualificar a atuação em rede para seu enfrentamento, além de formar atores que fomentem e contribuam para a organização comunitária em seus municípios e garantam o acesso a direitos de sua população.

MELHOR GERAÇÃO

Ofertar opções de atividade física, preferencialmente, para idosos (60 anos ou mais) em regiões de vulnerabilidade social com o objetivo de proporcionar melhora na qualidade de vida e na saúde, além de proporcionar momentos de socialização ao público alvo. Cada núcleo implantado visa o atendimento de até 100 idosos, de ambos os sexos e com idade igual ou superior a 60 anos.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (**SEDESE**)

Objetivo: aprimorar as condições para que os cidadãos idosos evoluam de uma situação de vulnerabilidade para autonomia social através de ações esportivas, priorizando a concepção e a execução de políticas de inclusão aplicadas às regiões de maior vulnerabilidade social, racionalizando o uso de recursos e focando esforços em esportes inclusivos.

Público-alvo: idosos em situação de vulnerabilidade social.

Resultados esperados:

1. Combate ao sedentarismo em idosos;
2. Aumento da prática de atividade física em idosos;
3. Melhora da qualidade de vida; aumento da socialização entre o público idoso.

Produto:

1. Núcleo de atendimento

Desenvolvimento de Programas contínuos de atividade física que promovam melhora da qualidade de vida em idosos, assim como melhora na socialização dos mesmos, através da utilização de espaços públicos e com orientação e supervisão de um profissional de Educação Física. A implantação do núcleo do Programa Melhor Geração visa incentivar a prática de atividade física em idosos, contribuindo para melhora de parâmetros relacionados à saúde.

GERAÇÃO ESPORTE

A ação consiste em proporcionar o acesso de crianças e adolescentes, de 6 a 14 anos, às atividades físicas, esporte e lazer, com foco educacional, no contra turno escolar. Os municípios beneficiados terão como entrega a implantação do núcleo esportivo (recursos financeiros e materiais), com capacidade de atendimento de 80 a 100 educandos.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (**SEDESE**)

Objetivo: educar pelo esporte, promovendo a cultura esportiva, da atividade física e do lazer contribuindo com o desenvolvimento integral dos educandos em situação de vulnerabilidade social.

Público-alvo: Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Resultados esperados:

1. Adoção de estilo de vida ativo pelos beneficiários;
2. Diminuição da exposição aos riscos sociais;
3. Melhoria da qualidade de vida (auto estima, convívio e integração social).

Produto:

1. Núcleo de atendimento

Desenvolvimento de aulas que promovam a prática de atividades físicas esportivas, bem como diferentes manifestações corporais, para crianças e adolescentes de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de ambos os sexos, comprovadamente matriculados e frequentes em escolas públicas (estaduais/municipais) ou particulares com bolsa de estudos, através da utilização de um espaço público municipal (quadra poliesportiva) com a orientação de um profissional de educação física. A implantação do núcleo nos municípios contemplados tem como objetivo incentivar o desenvolvimento do esporte educacional contribuindo com a formação integral dos beneficiários, e ainda, envolver famílias e comunidade, por meio de eventos esportivos e culturais visando compartilhar valores do programa e padrões de convivência.

COMEÇA O JOGO

Serão desenvolvidos planos de ação adaptados às necessidades de cada município, os quais serão monitorados pela Subsecretaria de Esportes. Nestes planos de ação constarão atividades para potencializar a política pública de esportes em nível local, incluindo ativação e maior atuação dos Conselhos Municipais de Esportes, orientações para aumento da pontuação dos municípios no ICMS Esportivo (que resulta em maior repasse financeiro ao município) e a identificação de oportunidades de captação de recursos.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (**SEDESE**)

Objetivo: Assessorar tecnicamente os municípios, promovendo a sua inclusão e/ou potencialização como beneficiários das políticas públicas ofertadas pela Subsecretaria de Esportes.

Público-alvo: Município.

Resultados esperados:

1. Aumento do número de municípios beneficiários das políticas públicas ofertadas pela Subsecretaria de Esportes e, conseqüentemente, aumento da oferta de ações esportivas para a população local.
2. Intensificação dos benefícios para aqueles municípios que já são contemplados pelas políticas públicas ofertadas pela Subsecretaria de Esportes e, conseqüentemente, aumento da oferta de ações esportivas para a população local.

Produtos:

1. Diagnóstico de potencialidades e desafios

Realizar diagnósticos para identificar potencialidades e desafios relacionados às políticas de esportes na localidade.

2. Plano de ação pactuado e monitorado com as prefeituras municipais

Pactuar e monitorar planos de ação (1 plano para cada município prioritário da Regional de Teófilo Otoni que será atendido).

INCENTIVO AO ESPORTE

Fomento aos municípios para realização de Programa/projeto voltados para os públicos prioritários (criança e adolescente, mulher em situação de violência, idoso, agricultor familiar e povos e comunidades tradicionais) com base nas políticas de esportes a partir dos editais da Lei de Incentivo.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (**SEDESE**)

Objetivo: Fomentar os municípios para a realização de Programas/projetos voltados para o esporte e lazer, com foco nos públicos prioritários do Programa Percursos Gerais.

Público-alvo: Municípios.

Resultados esperados:

1. Aumento do número de municípios beneficiários das políticas públicas ofertadas pela Subsecretaria de Esportes e, conseqüentemente, aumento da oferta de ações esportivas para a população local.

Produtos:

1. Editais publicados para realização de programas/projeto voltados para os públicos prioritários

10% dos recursos captados via Lei Estadual de Incentivo ao Esporte são pagos diretamente à Sedese, para posterior destinação a projetos com maior dificuldade de captação. Neste perfil de projeto, incluem-se aqueles voltados para públicos prioritários do Percursos Gerais. Anualmente é publicado um edital de seleção de projetos esportivos para financiamento de ações esportivas, considerando os públicos prioritários e a possibilidade de participação dos 16 municípios prioritários da Regional Sedese de Teófilo Otoni.

TRAJETO RENDA

O projeto propõe assessoramento para produção em grupos com a inserção nas dinâmicas regionais de comercialização, assessoramento para captação de recursos e autonomia financeira, e dinâmicas de orientação e formação profissional que incentive o trabalho e a geração de renda.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (**SEDESE**)

Objetivo: induzir a trajetória para autonomia dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social por meio do fomento à produção em grupos autogestionários e autossustentáveis para a geração de trabalho e renda.

Público-alvo: famílias vulneráveis inscritas no CadÚnico com renda familiar per capita de até meio salário mínimo dos 73 municípios de menor IDH-M do Estado de Minas Gerais.

Resultados esperados:

1. Ampliação da capacidade de escoamento da produção e comercialização dos empreendimentos;
2. Melhoria da organização e estrutura dos processos produtivos das famílias atendidas;
3. Desenvolvimento das cadeias produtivas fomentadas.

Produtos:

1. Estruturação, Mobilização e Divulgação local nos municípios

A execução deve ser iniciada a partir da mobilização dos atores relevantes e do público beneficiário do projeto nos municípios como forma de adequar as demandas apresentadas e acordar as entregas necessárias, bem como iniciar o processo de desenvolvimento das redes locais. Toda a preparação do início da execução deverá se enquadrar neste produto.

2. Formação e orientação profissional

Oferta de cursos de formação e orientação profissional voltados para desenvolvimento de capacidades de gestão e de melhoria dos processos produtivos, além do desenvolvimento de outros negócios.

3. Assessoramento para produção e acompanhamento das atividades produtivas

Assessoramento técnico para a produção, preferencialmente em grupos, com base em setores estratégicos para fortalecer as cadeias produtivas locais/regionais (complementar a produção e/ou consumo já existente, gerando renda mais imediata); assessoramento para autonomia econômico-financeira dos beneficiados na produção.

4. Inserção nas dinâmicas de comercialização local e regional

Criação de espaços e dinâmicas de comercialização que permitam o escoamento da produção dos empreendimentos e negócios fomentados/apoiados.

5. Avaliação dos resultados e desenvolvimento dos negócios fomentados

Como finalização do projeto, é necessário que sejam realizados registros da execução, quantitativos de atendimentos, produtos e negócios fomentados, resultados alcançados, considerando inclusive a percepção e avaliação do público beneficiário. Além disso, para permitir a evolução posterior, deverão ser apresentados planos de prospecção para os negócios, bem como a indicação e organização das redes locais responsáveis pela continuidade das ações de apoio e fomento aos empreendimentos.

ANEXO 1

Lista dos 73 municípios com baixo IDH-M que serão contemplados no Programa Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia e que fazem parte das 12 Regionais de Desenvolvimento Social:

Regional de Desenvolvimento Social de Teófilo Otoni

Água Boa, Ataléia, Bertópolis, Caraí, Catuji, Crisólita, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Ladainha, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Padre Paraíso, Santa Helena de Minas e Setubinha.

Regional de Desenvolvimento Social de Salinas

Cachoeira de Pajeú, Curral de Dentro, Fruta de Leite, Josenópolis, Montezuma, Ninheira, Padre Carvalho, Rubelita e Santa Cruz de Salinas.

Regional de Desenvolvimento Social de Diamantina

Alvorada de Minas, Angelândia, Aricanduva, Coluna, Frei Lagonegro, Materlândia, Presidente Kubitschek, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé e Serra Azul de Minas.

Regional de Desenvolvimento Social de Montes Claros

Bonito de Minas, Cristália, Ibiracatu, Juvenília, Miravânia, Pai Pedro, Pintópolis, Santo Antônio do Retiro, São João da Ponte, São João das Missões, Varzelândia e Verdelândia.

Regional de Desenvolvimento Social de Almenara

Bandeira, Felisburgo, Joáima, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis e Santo Antônio do Jacinto.

Regional de Desenvolvimento Social de Araçuaí

Chapada do Norte, Comercinho e Ponto dos Volantes

Regional de Desenvolvimento Social de Curvelo

Congonhas do Norte

Regional de Desenvolvimento Social de Governador Valadares

Alvarenga, Nacip Raydan, Nova Belém, São José da Safira, São José do Jacuri, São Sebastião do Maranhão e Senhora do Porto.

Regional de Desenvolvimento Social Metropolitana

Morro do Pilar

Regional de Desenvolvimento Social de Muriaé

Araponga, Fervedouro, Orizânia, Pedra Bonita e Sericita

Regional de Desenvolvimento Social de São João Del Rei

Cipotânea

Regional de Desenvolvimento Social de Timóteo

Imbé de Minas



PERCURSOS
GERAIS : TRAJETÓRIA
PARA AUTONOMIA

**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**